## 1 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 2 ATA Nº 25/2013
- 3 DATA: 24 de outubro de 2013

Aos vinte guatro dias do mês de outubro de dois mil e treze, às 18h30min, no auditório da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, situado na Avenida João Pessoa, nº 325, reuniu-se, em sessão extraordinária do Plenário, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre – CMS/POA. 1) ABERTURA: SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO - CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Eu, no uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis nº 8.080 e nº 8.142/90, pela Lei Complementar nº 277/92, pela Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, pelo Código Municipal de Saúde e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado em julho de 2008, declaro aberta a sessão extraordinária do Plenário do dia 24 de outubro de 2013. 2) FALTAS JUSTIFICADAS: 1)Cláudia da Silva dos Santos; 2)Danara Dall Agnol; 13 3)Flávio Becco; 4)Gilberto Fagundes da Silva; 5)Gilmar Campos; 6)Gláucio Rodrigues; 7)Luiz Antonio Mattia; 8)Nesioli dos Santos; 9)Patricia Ferreira de Llano; 10)Sônia 15 Cleonice Bonifácio; 11)Sônia Regina Coradini. CONSELHEIROS TITULARES: 1)Alberto Moura Terres; 2)Alexandro de Oliveira Daura; 3)Ana Carla Andrade Vieira; 17 4)Antônio Leopoldino da Fonseca; 5)Carla Rosana Santos da Silva; 6)Carlos Henrique Casartelli; 7)Djanira Corrêa da Conceição; 8)Gabriel Antônio Vigne; 9)Hamilton Pessoa 19 Farias; 10)Heverson Luís Vilar da Cunha; 11)Jairo Francisco Tessari; 12)Jandira 20 Roehrs Santana; 13) João Alne Schamann Farias; 14) Jussara Barbeitos Giudice; 21 15)Liane Terezinha de Araújo Oliveira; 16)Luciana Sant'anna da Silva; 17)Mara Lúcia Tiba Soeiro; 18)Marcelo Rocha Garcia; 19)Maria Encarnacion Morales Ortega; 20)Maria Letícia de Oliveira Garcia; 21)Masurquede de Azevedo Coimbra; 22)Maurem Ramos; 23)Mirtha da Rosa Zenker; 24)Olívia da Silva Aschidamini; 25)Omar Azambuja Condotta; 26)Oscar Paniz; 27)Paulo Goulart dos Santos; 28)Paulo Roberto Padilha da Cruz; 29)Pedro Luís da Silva Vargas; 30)Roberta Alvarenga Reis; 31)Roger dos Santos Rosa; 32)Rosa Helena Cavalheiro Mendes; 33)Rosane Terezinha Baltazar; 34)Vera 28 29 Maria Rodrigues da Silva; 35) Vinícius Antério Graff; 36) Zélio Wilton Hocsman. CONSELHEIROS SUPLENTES: 1)Antônio Augusto Oleinik Garbin; 2)Caroline da 30 Rosa; 3)Gustavo Hoppen; 4)Lurdes Maria Toazza Tura; 5)Rosemeri de Souza 31 Rodrigues. SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO — CDS Restinga e Vice-32 Coordenadora do CMS/POA: Boa noite a todas e a todos. Vamos passar para os pareceres hoje, não temos ata para avaliar, é uma reunião extraordinária, não teríamos 34 pareceres, mas como hoje temos pareceres especiais, porque precisamos entregar 35 para os hospitais fazerem os seus trabalhos, a gente vai ler os pareceres. Para o 36 primeiro pareceres eu pergunto se tem alguém do Hospital Conceição. Não tem 37 ninguém? Vamos passar para o próximo. 3) PARECERES: PARECER № 45/2013 – 38 HOSPITAL INDEPENDENCIA - PROJETO DE HABITAÇÃO DOS LEITOS DE UTI TIPO II COMO LEITOS DE RETAGUARDA AO SISTEMA MUNICIPAL DE URGÊNCIA. 40 Tem alguém do hospital? Pode passar, por favor. SRA. HELOISA ALENCAR -Assessoria Técnica do CMS/POA: (LEITURA DO PARECER). SRA. DJANIRA 42 CORREA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: 43 Alguém tem alguma pergunta? Em regime de votação já? Então, quem vota favorável? 44 Vinte votos favoráveis. Quem vota ao contrário? Nenhum voto. Quem se abstém? 45 Duas abstenções. APROVADO. PARECER № 46/2013 - HOSPITAL PRESIDENTE 46 VARGAS – PROJETO DE QUALIFICAÇÃO OS LEITOS DE UTI NEONATAL PARA ATENDER O PROGRAMA REDE CEGONHA. PARECER Nº 47/2013 - HOSPITAL 48 PRESIDENTE VARGAS - PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DOS LEITOS DA UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS CANGURU PARA ATENDER O 50 PROGRAMA REDE CEGONHA. Tem alguém aí representando? SRA. HELOISA ALENCAR – Assessoria Técnica do CMS/POA: Eu já vou ler os dois juntos, porque é o mesmo setor, mesmo tipo de setor. (LEITURA DOS PARECERES). SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA:

Então, em regime de votação, quem vota favorável? Vinte votos favoráveis? Quem vota ao contrário? Nenhum. Quem se abstém? Quatro abstenções. APROVADOS. Agora vamos para o PARECER Nº 48/2013 - AACD - PROJETO DE HABILITAÇÃO DE CER II. A Sra. Tânia pode passar para a mesa, por favor. SRA. HELOISA ALENCAR - Assessoria Técnica do CMS/POA: (LEITURA DO PARECER). SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Em regime de votação, quem vota favorável? O seu Paulo quer saber se 61 alquém tem alguma objeção, alguma pergunta para fazer. Alquém questionamento? Então, em regime de votação, quem vota favorável? Vinte oito votos favoráveis. Quem vota contrário? Nenhum. Tem alguma abstenção? Nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. APROVADO. Obrigada! Chegou alguém representando o Hospital Conceição? Não. 4) COMUNICADOS: Eu tenho dois comunicados. Hoje é uma plenária que não tem informe, mas precisão fazer dois comunicados. Nós temos que apresentar o calendário das plenárias 2014 e avisar da eleição do Conselho Distrital de Saúde Noroeste, foi aprovado o regimento e o edital de eleição dia 23/10. Inscrições até 08/11 e a eleição é dia 27/11. Então, vamos ver o CALENDARIO DAS PLENARIAS 70 DE 2014: 09 e 23 de janeiro; 06 e 20 de fevereiro. (Falas concomitantes em plenária). 72 Tem que trocar dia 06? E março? Então, 06 e 20 de março; 13 e 24 de abril; 08 e 22 de maio; 05 e 26 de junho; 13 e 17 de julho; 07 e 21 de agosto; 04 e 18 de setembro; 02 e 74 16 de outubro; 06 e 20 de novembro; 04 e 18 de dezembro. Temos uma questão levantada pela Lourdes ontem SRA. LURDES MARIA TOAZZA TURA – 75 **ASSEPLA/SMS:** A gente sugere trocar a data de 06 de março para 13 de março, 76 porque é na quinta-feira, semana de carnaval, vai ser uma semana com poucos 77 78 conselheiros. SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO - CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: E do dia 20 para 27? Então, em regime de votação, 79 quem vota substituir de 06 para 13? Vinte dois favoráveis. Algum contrário? Abstenções? Uma. E para o dia 20 para 27 ou deixa? (Consenso de a Plenária deixar). Então, tá. APROVADO O CALENDÁRIO 2014. Agora vamos passar para a pauta. 5) PAUTA: PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE - PAS 2014. SRA. LURDES MARIA 83 TOAZZA TURA - ASSEPLA/SMS: Boa noite a todos. A gente vai apresentar a Programação Anual de Saúde 2014 (Anexo I, desta ata), que é o desmembramento das metas do Plano Municipal de Saúde 2014/2017. Eu quero agradecer a toda equipe da ASSEPLA, que se imbuiu e trabalhou exaustivamente para que as metas fossem feitas da melhor forma possível, que fosse possível executar no final do ano. A todo grupo do Conselho Municipal de Saúde, parecer a Heloísa, que conseguiu articular junto com a gestão e com o Conselho Municipal de Saúde um trabalho qualificado, para que a gente organizasse de fato uma programação exequível para 2014. E a todos que se envolveram, as regiões que se disponibilizaram a fazer a discussão, aos gerentes distritais e toda gestão que oportunizou a gente a estar trabalhando. A definição do que é uma Programação Anual de Saúde, vou ler... É um instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano Municipal de Saúde. O propósito é determinar um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção, recuperação da saúde, bem como da gestão do SUS. E olhar para a meta plurianual, trabalha como metal anual. Então, qual o percentual da meta que a gente vai conseguir no ano executar. E as ações de como vamos cumprir a estatuto, como vamos fazer para alcançar a meta no final do ano. Os instrumentos norteadores e a Lei Complementar no 141/2012, o sistema de Planeja SUS (Caderno II). O processo de construção, então, 102 foram reuniões de trabalho com gestores, trabalhadores e controle social, oportunizando uma construção coletiva. Então, primeiro, a gente trabalhou com propostas de ações das áreas técnicas, de todos os setores que tinham suas metas. Depois a gente foi para as regiões de saúde, junto com o controle social, com os 106 trabalhadores nas regiões. Encaminhamos para o Conselho Municipal de Saúde, que avaliou no grupo para adequar e fazer com que as metas fossem alcançadas até o 108 final. Então, foi à revisão das metas com os setores envolvidos e os oito seminários regionais. O ajuste conforme a contribuição das regiões. Então, em agosto encaminhamos para o Conselho Municipal de Saúde e a revisão conjunta com todo esse processo. A estrutura da Programação Anual de Saúde tem uma introdução, os objetivos, diretrizes e metas. Que ainda tem anexo à planilha do SISPACTO, que anualmente vai vir. Então, ainda vai ter até 2017. Tem a pactuação anual de obras, que antes não tínhamos, agora temos uma proposta de planilha de obras para ser executada no ano. Tem outra planilha, que é o método de cálculo dos indicadores, como a gente vai calcular para monitorar essas metas. E o termo de compromisso do programa da saúde na escola. Então, os objetivos, diretrizes e metas, o primeiro objetivos, que todos vocês já conhecem, mantém todos os objetivos, as mesmas diretrizes, só se abre as metas para serem metas anuais. O primeiro objetivo é promover a saúde, prevenir as doenças e outros agravos e risco à população. A primeira diretriz é a vigilância, prevenção e fortalecimento da promoção da saúde. E a primeira meta é investigar 100% dos casos de doenças e outros agravos transmissíveis na notificação compulsória, que necessitam de investigação epidemiológica. Então, essa meta anualmente, é 100%. A segunda meta é implementar o plano de controle das doenças crônicas e dos agravos não transmissíveis, com 126 recorte raça/cor/etnia em 20% dos serviços de saúde. Realizar avaliação topométrica em 20% dos alunos das escolas pactuadas no Programa da Saúde na Escola. Realizar triagem da equidade visual em 20% dos alunos das escolas pactuadas no Programa Saúde na Escola. Acompanhar 100% das mulheres com diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau de colo de útero nas unidades de saúde. Reduzir de 4,3% para índices iguais ou menores de 4%, transmissão vertical do HIV, com equidade segunda raca/cor/etnia. Reduzir a taxa de incidência da sífilis congênita de 14,95 por 1000 nascidos vivos para 14,2 por 1000 nascidos vivos com equidade segundo raça/cor/etnia. Reduzir os casos de AIDS em maiores de 13 anos, com equidade segundo raça/cor/etnia/sexo, 95,67 por 1000 para 94,2 por 1000 habitantes. Reduzir a 135 mortalidade por AIDS de 31,92 por 1000 para 31,1 por 1000 habitantes por equidade segundo raça/cor/etnia/sexo/faixa etária. Diagnosticar 80% os casos novos estimados 137 de tuberculose. Ampliar o percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacelífera de 58 para 85%, com equidade segundo raça/cor/etnia/sexo. Reduzir a mortalidade proporcional de infectados por tuberculose e HIV de 24,23 para 23%, com equidade de raça/cor/etnia/sexo. Reduzir a taxa de mortalidade prematura na faixa de 30 a 69 anos. Então, essa é uma meta que foi adequada, tendo me vista a solicitação do próprio Ministério, para a gente estar trabalhando a diminuição das mortes prematuras por doenças crônicas não transmissíveis de 376,23 por 100.000 para 366,92 por 1000.000, recorte raça/cor/etnia/sexo. Implantar a linha de cuidado a pessoa em situação de violência no município, priorizando as áreas de vulnerabilidade e considerando áreas intersetoriais de 25% das Gerências Distritais de Saúde. Reduzir 148 a taxa de mortalidade por traumatismo crânio encefálico, grave, intra-hospitalar, de 35% para 34%. Reduzir a razão de internações hospitalares de pessoas com mais de 150 60 anos por fratura de fêmur com recorte de raça/cor/etnia/sexo, de 25 para 24 por 10 mil habitantes. Essa é uma meta que nós tínhamos em 2010, começamos com mais de 30, a gente vem conseguindo reduzir. Ampliar o acesso de usuário ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS em 15%. Implantar a vigilância em saúde mental em uma Gerência Distrital. Realizar atividades educativas em saúde bucal com 70% dos alunos em instituições de Educação Infantil pactuada no programa de saúde na escola. Reduzir o coeficiente de mortalidade materno de 56,05 por 100.000 nascidos vivos para 52 por 100.000, com equidade segundo raça/cor/faixa etária. Aumentar a cobertura da vacina contra poliomielite, que é a terceira dose e pentavalente para 95% em crianças menores de um ano, com recorte raça/cor/etnia. Aumentar a taxa de aleitamento materno, inclusive em crianças aos 04 meses de vida, de 74,9 para 80%. Manter o coeficiente de mortalidade infantil em menos de 9,2 por 1000 nascidos vivos.

162 Realizar vigilância e controle vetorial em 100% dos casos confirmados de dengue, de acordo com o plano de contingencia da dengue. Realizar o bloqueio contra raiva em 100% dos casos positivos. Desenvolver e implementar a ferramenta de cadastramento 165 on-line para licenciamento em 10% dos segmentos alvo da vigilância sanitária. Implantar o rankeamento de risco na avaliação de 10% dos estabelecimentos de saúde de interesse à saúde. Investigar 100% dos surtos notificados e com doenças 167 transmitidas por alimentos. Realizar atividades de comunicação em 100% das ações prioritárias e dos projetos estratégicos da Secretaria Municipal de Saúde. Realizar matriciamento em atenção e vigilância, saúde do trabalhador adulto infanto-juvenil em 25% dos serviços de atenção primária em saúde. Nós vamos para o segundo objetivo e segunda diretriz. O segundo objetivo é qualificar o acesso integral a ações e serviços no SUS. A segunda diretriz é o fortalecimento e a aplicação da atenção primária em saúde. Ampliar de 46% para 55% a cobertura da estratégia de saúde da família. Ampliar a cobertura de primeira consulta odontológica problemática de 5 a 5,5%. Aumentar o percentual de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal de 60 para 73%. Aumentar de 22,1 para 30% a taxa de primeira consulta e acompanhamento do recém-nascido em até 7 dias de vida. Aumentar a razão entre exames de rastreamento do colo uterino de faixa etária de 25 a 64 anos, de 0,38 para 180 0,39. Aumentar a razão de mamografias realizadas de 0,14 para 0,16 em mulheres na faixa etária de 40 a 69 anos realizar atendimento à saúde para 100% dos ingressantes 182 no Presídio Central e na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. A terceira diretriz é a ampliação do acesso e aperfeiçoamento da assistência ambulatorial especializada em urgências hospitalares. Remodelar o Centro de Saúde Vila dos Comerciários, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano Municipal de Saúde às necessidades locais. Implantar 25% do Plano de Ação da rede de atenção regional da saúde da pessoa com deficiência no Município de Porto Alegre. Implantar a política nacional de saúde integral da população negra. Implementar a política nacional de saúde integral da população negra em 25% dos serviços de saúde. Implementar 50% do plano municipal de práticas integrativas em saúde, que é a PIS, no Município de Porto Alegre. Reduzir em 2% subespecialidades com listas de espera, igual ou maior que 30 191 dias no agendamento de consultas. Reduzir os chamados necessários e sem meios de atendimento dos serviços de atendimento móvel de urgência em 5%. Reduzir o tempo médio de espera dos usuários classificados verdes nos pronto-atendimentos para até 6 horas. Reduzir para até 72 horas o tempo de observações nas emergências hospitalares. Monitorar indicadores hospitalares de qualidade em 100% dos hospitais vinculados ao SUS. Criar 04 equipes multidisciplinares de atenção domiciliar. Ampliar o percentual da proposição coberta por procedimentos periodontais de 8,29 para 8,5%. Realizar consulta urulorógica preventiva em 5% dos homens acima de 50 anos. Implementar assistência farmacêutica em 25% de serviços de saúde, considerando as especialidades locais. Diminuir a diferença entre a demanda e oferta por transporte de baixa complexidade em 2%. E o terceiro objetivo é qualificar a gestão para potencializar os resultados da promoção, prevenção e atenção em saúde. E a quarta diretriz é a regulação e suficiência, contratação para a rede de serviços do SUS. Então, contratualizar 70% dos prestadores de serviço, ambos ambulatoriais e hospitalares no Município. Avaliar a adequação de 100% do serviço de hemodiálise e hemoterapia à legislação sanitária vigente. A quinta diretriz é a adequação da capacidade instalada e fortalecimento dos processos de trabalho. Implementar a política de educação permanente em 15% dos serviços da SMS. Realizar dimensionamento de pessoal em 20% das áreas estratégicas da SMS. Apresentar a proposta de implantação da mesa municipal de negociação permanente do SUS em Porto Alegre. Utilizar 20% dos 212 recursos municipais em ações e serviços públicos de saúde. E constituir grupo de 213 trabalho para a discussão de proposta de adequação do Fundo Municipal de Saúde à legislação vigente. Atualizar mensalmente em 100% a base de dados do cadastro 215 nacional de estabelecimento de profissional de saúde. Cumprir 70% da pactuação 216 anual de obras, construções, reformas, ampliação e manutenções da Secretaria Municipal de Saúde. Então, foi à planilha que nós sinalizamos hoje à tarde. Informatizar 62% dos processos da rede de saúde. Qualificar 66% dos sistemas de 219 informação no módulo cadastro de usuário com dados raça/cor/etnia/sexo. Constituir 220 conselhos locais de saúde, conselhos gestores e câmaras técnicas em 50% dos serviços de saúde. Ampliar as ações de acolhimento para 50% das unidades de 222 serviços de saúde, conforme a política nacional de humanização. Os parceiros que farão parte, que nos auxiliarão a cumprir as metas são os que estão na tela. E o que tínhamos para apresentar. SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO - CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: A Helô vai fazer a leitura do parecer e vou pedir silêncio, por favor. SRA. HELOISA ALENCAR - Assessoria Técnica do CMS/POA: Não deu tempo de encaminhar o parecer aos conselheiros, porque ele foi finalizado, efetivamente, no começo da tarde. Não é normal, foi excepcional. Então, vamos ler juntos. É o PARECER TÉCNICO Nº 08/2013. (Anexo II). SRA. DJANIRA 229 CORREA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: 230 Algum esclarecimento vocês guerem? O Heverson. Então, vou abrir 10 inscrições. SR. HEVERSON LUIS VILAR DA CUNHA - Conselho Distrital de Saúde Restinga: Boa noite a todos e a todas! Primeiro eu gostaria de um esclarecimento maior sobre a Meta 41, porque ela fala de uma introdução, construção, sobre programas integrativos, alternativos, não sei o quê, que envolve questão de plantas medicinais. Isso foi comentado em duas oportunidades aqui, mas o projeto não veio para cá. Tem já previsão de recurso. Pode ser até em um outro momento, não sou contra, mas eu gostaria de um esclarecimento hoje, até porque também tinha uma palavra chamada "ortomedicinal" aqui, que eu gostaria de saber onde é que isso vai ser constituído, porque também tem previsão de recurso para esse canteiro. Então, eu gostaria de saber onde é que isso vai ser realizado. E na 55, voltamos àquela velha pergunta: "20% das áreas estratégicas"; eu gostaria de conhecer as áreas estratégicas da Secretaria, porque até agora eu não consegui identificar. Fora isso aqui, eu gostaria de saber se nós vamos fazer correção também nos outros anexos que foram repetidos, onde está o PSE e outro documento ali, porque tem correção para fazer ali também. Obrigado! SRA. ROBERTA ALVARENGA REIS - ADUFRGS: Boa noite! Agora que o Heverson falou que eu vi ali, está escrito "ortomedicinal" tudo junto, é assim mesmo? Não é "orto" com "H"? É, eu sei "ortomolecular", mas "ortomedicinal" eu nunca vi. Na verdade eu pedi a palavra para esclarecer uma dúvida. Na Meta 17, que foi acrescentado depois dos trabalhos do grupo, tem a ampliação do número de CAPS AD/GD Restinga, Leno e Centro e um CAPS I na GD Centro, mas a GD Centro não é a 252 única que tem um CAPS I? SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO - CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Tem mais alquém? Oscar? Passa aqui. SR. OSCAR PANIZ - CDS Centro: Boa noite! Como eu participei do grupo eu não tenho nada a acrescentar, eu acho que o encaminhamento que foi dado sobre a dimensão do nosso PAS, foram bem encaminhadas as nossas questões. Eu só queria ressaltar, Secretário, que a gente precisa fazer com que isso aqui vá para rede, esse PAS, porque o que a gente tem que ter também presente é que nós estamos em 2013, a gente já está com a proposta do PAS 2014 e isso é um baita de um avanço, entendeu? Então, essa coisa de levar lá para a Unidade de Saúde para os trabalhadores se apropriarem disso, porque na verdade são eles que ajudam a construir isso, esse é o nosso grande desafio. Então, Secretário, eu gostaria que a gente tivesse bem presente essa questão de comunicação, dessa relação, porque é fundamental para o próximo ano a gente melhorar ainda mais. E eu gostaria também de reforçar aqui o trabalho da Eloísa, o nosso trabalho, que foi superimportante, e gostaria de lembrar os outros conselheiros que oportunamente se engajem também, porque a gente precisa de mais gente para entender bem direitinho o que está escrito agui. Então, seria isso. SR. MARCELO ROCHA GARCIA - CDS Extremo Sul: Boa 269 noite! Quanto a Meta 31, eu gostaria de um esclarecimento guanto à ampliação de 46% para 55%, se essa ampliação é uma ampliação teórica ou prática. Dando um exemplo: onde eu trabalho, lá no Lami, somos três equipes na teoria, mas na prática só duas, pela falta de profissionais. E quanto à contratação de profissionais, qual o compromisso que a Secretaria assume? Porque falta principalmente médico, mas também está faltando enfermeiro e outros profissionais. SR. GUSTAVO HOPPEN -Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul: Boa noite! Na verdade mais é uma sugestão, a elaboração das próximas programações é que adicionado aos percentuais 276 nós gostaríamos de analisar os números brutos, até porque com percentual não necessariamente é um aumento significativo. Então, a gente gostaria de fazer esse acompanhamento em paralelo, por mais que essas informações possam estar 280 disponíveis em outro local, mas se a gente precisa fazer uma apreciação correta a gente precisa ter acesso à informação. SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO -CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Obrigada! Seu Gabriel. SR. GABRIEL ANTÔNIO VIGNE - CDS Noroeste: Quando citaram ali a criação de CAPS Infantil eu não ouvi nada sobre a Noroeste, me parece que está faltando um CAPS Infantil na Noroeste, que a gente já está batalhando há um bom tempo. Gostaria de saber por que não foi citado. Obrigado! SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Tem mais alguém que queira fazer pergunta? SRA. HELOÍSA ALENCAR – Assessoria Técnica do CMS/POA: Na verdade eu não quero fazer perguntas, eu quero fazer algumas considerações para o encaminhamento da discussão, porque, como eu expliquei no parecer, o grupo de trabalho discutiu tudo até um determinado dia. A partir daquele dia, algumas questões foram acrescentadas ao documento sem a discussão do grupo. Então, ficou uma intermediação minha com a equipe da ASSEPLA. Por isso eu fiz questão de colocar no parecer que algumas dessas questões efetivamente não foram discutidas no grupo de 295 trabalho, que eu penso que são poucas, são três questões praticamente, talvez quatro, que a gente precise ainda abrir, se alguém quiser discutir, o plenário se posicionar, porque o resto teve um aval, pelo menos, de um grupo ampliado que discutiu, mas algumas questões não, uma delas é essa questão dos CAPS. Então, os CAPS foram definidos depois e o GT não discutiu a localização deles. Penso que isso tem que casar com o que está inclusive previsto nas obras. A gente fez a discussão da planilha de obras hoje a tarde, tem nela prevista três CAPS, que é o CAP AD na Restinga e 302 Leste e o CAPS I é no Partenon. Então, na verdade o que está previsto no texto da 303 Meta são outras coisas. Então, têm um descompasso da demanda das obras com a 304 demanda da área técnica. A outra questão que foi levantada pela Roberta, o CAPS I do 305 Centro, outro CAPS I no Centro. O CAPS I do Centro é o único que a gente tem. O 306 Nosso CAPS I é o do Centro, a Casa Harmonia. Então, ficou confuso isso, ficou descompassado o negócio. A questão da emergência também, a emergência pediátrica dentro do PACS. Quer dizer, isso vai acontecer quando? A obra do PACS não vai começar em 2014, vai ter uma emergência pediátrica lá em 2014. Então, vai ser onde em 2014, enquanto a obra do PACS não está pronta? Se é que vai ser lá mesmo, porque isso também não foi discutido com a coordenação da emergência. A 312 outra questão que a gente discutiu, inclusive, ontem no núcleo de coordenação, é sobre a Meta 15, que não houve acordo da sugestão do GT para a área técnica em relação à questão das causas externas. Essa é uma discussão que nós entendemos importante, porque o Plano Municipal de Saúde que foi aprovado tinha a alteração 316 dessa meta para a redução das causas externas e, após a aprovação do Plano, a equipe volta a mudar a meta para a Programação Anual de Saúde. Nós entendemos que não tem problema a meta do plano continuar a que foi aprovada e para o ano de 319 2014 a meta sugerida pela equipe, até para a gente avaliar no final de quatro anos se 320 as ações previstas e argumentadas pela equipe tiveram algum impacto na redução das 321 causas externas, mesmo que não se coloque lá na meta o valor de redução. Então, 322 essa é a sugestão que a gente faz. A questão do Fundo Municipal de Saúde, a 323 adequação do Fundo, isso também foi aprovado lá no Plano de Saúde quando a gente aprovou. Então, que a meta de 2014 seja essa que a Secretaria propôs, ok, mas que não saia do horizonte da gente, que para os quatro anos a gente quer que o Fundo de 326 Saúde esteja adequado a legislação. Então, são algumas sugestões que eu faço e que eu acho que o plenário precisa se posicionar. E no sentido de encaminhar, eu sugiro que essas questões sejam encaminhadas em separado, para ver se isso está ok, 328 depois se pode votar até o parecer como um todo, enfim. SR. PEDRO LUIS VARGAS - Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS -330 SINDICÂMARA: Na verdade eu estava me atendo ali à questão das obras, e saber se o GT constituído se ateve em fazer ou pensar em fazer recomendações, no sentido de que os editais para contratação de obras, a construção dos projetos, enfim, tudo aquilo que trata da parte física desse serviço, possam ser melhorados, com propósito de que não tenhamos, após obras entregues, problemas estruturais, como vemos regularmente. Isso eu penso que passa desde a constituição da contratação do projeto, ou seja, da licitação que contrata o projeto, e depois a própria contratação para a execução. Parecem coisas simples, mas se lá no início não se toma esses cuidados, 339 nós temos esses dissabores, que vêm ocorrendo, depois. Obras com estruturas fragilizadas. A gente regularmente tem visitado, por exemplo, a UPA Moacyr Scliar. Não é, Seu Paulo? E a gente se depara com situações que poderiam fácil e simplesmente ser evitadas se na constituição ou na composição original houvesse essa atenção. Saliento a qualidade e a dedicação das pessoas que constituíram esse GT, mas fica essa recomendação, ou pelo menos para uma reflexão para situações futuras. Muito obrigado! SR. ALBERTO MOURA TERRES - Conselho Regional de Serviço Social -CRESS: Foi feito um debate lá no Eixo Baltazar a respeito das demandas do Eixo que foram aprovadas aqui por este conselho, que é a construção do Centro de Especialidades, Farmácia Distrital, implantação da Academia de Saúde, Centro de Referência de Tuberculose, o NASCA e o CAPS, só que estava dependendo da cedência da área do Centro Vida pelo Governo do Estado. E nós tivemos uma reunião 351 com o secretário da administração do Governo do Estado, onde ele colocou a disposição, enfim, a cedência da área, a Secretaria encaminhou um documento cedendo, solicitando a área para a implantação desse equipamento. O que eu quero colocar aqui? E que talvez possa, nesse PAS 2014, colocar um desses equipamentos alugando talvez, inclusive o CAPS consta aqui, alugando uma área, e quando ficar pronta a cedência, a construção, enfim, de repassar lá para o Centro Vida Humanístico, mas contemplar uma dessas demandas da comunidade alugando um espaço, uma casa, enfim. Essa é a minha questão. Obrigado! SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Tem mais alguém que queira fazer pergunta? Hamilton? Então, passa aqui. SR. HAMILTON FERNANDO PESSOA FARIAS - Sindicato dos Municipários de Porto Alegre - SIMPA: Aqui na Meta 30 diz assim: "Realizar matriciamento e atenção e vigilância a saúde do trabalhador adulto e infanto-juvenil é 25% de serviço de atenção primária a saúde". Eu estava olhando aqui e me chamou a atenção o trabalho de reabilitação dos trabalhadores que sofrem acidente hoje em dia, a gente tem problema quanto a isso. Então, se fosse possível, a gente tentar incluir aqui dentro uma ação que preveja como vai se dar esse trabalho de reabilitação, porque aqui está, pelo que eu senti aqui, mais na organização dos serviços, que hoje em dia ainda é muito incipiente. SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO - CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Então, eu vou passar para o Secretário agora. SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI - Secretário Municipal de Saúde: Eu vou ter que olhar as metas aqui. É a Meta 40, né, Seu Heverson? É a Meta 40 que o senhor questionou, né? Na verdade se nós olharmos a Meta 41, ela especifica ali as quatro ações prioritárias. Na verdade Porto Alegre nunca teve um plano municipal de práticas integrativas. Então, isso é uma coisa que está sendo constituída, o plano deverá ser 376 apresentado, ele não está pronto, está sendo feito pela equipe de Saúde Modelo, pela equipe da Secretaria da Saúde e Planejamento. Então, ele vai ser apresentado no devido momento no Conselho Municipal de Saúde, mas ele visa, entre outras ações, realmente consolidar o Centro de Saúde Modelo como um espaço onde os principais serviços estejam localizados nesse Centro de Saúde, e gradativamente se consiga, então, colocar nos demais centros, mas sendo o principal local de práticas integrativas 381 no Centro de Saúde Modelo. Esse projeto vai ser apresentado no devido momento pela equipe no Conselho. Ainda não foi, mas será apresentado. A Meta 55: "Realizar o (Inaudível) de pessoas em 20% das áreas estratégicas da SMS". Na verdade nas quatro ações da Meta, a primeira delas é exatamente o que o senhor colocou, Seu 385 Heverson, é a definição das áreas estratégicas da Secretaria Municipal de Saúde. Para que fique claro para todos, embora nós tenhamos uma concepção de quais são as áreas estratégicas, mas isso é exatamente a primeira ação da Meta, é definir quais são estratégicas, e depois têm as outras etapas, tem aí também dimensionamento de pessoal, é algo extremamente perigoso, porque tem que ser baseado em dados também técnicos que definam qual é a listagem de pessoal de acordo com a população que lá será atendida, de acordo com o tipo de serviço que será prestado e tem materiais técnicos que definem qual é a demanda de pessoas, de recursos necessários para fazer o atendimento à população. Então, isso sempre é uma questão de debate, porque as chefias, e muitas vezes os próprios trabalhadores, achamos que falta recursos humanos, mas aí eu até concordo. Por exemplo, hoje o Brasil inteiro mede a equipe de Saúde da Família como sendo ainda em torno de 4.000, 4.500 pacientes por equipe. Em Porto Alegre nós estamos já com uma proporção de uma equipe para cada 3.500, alguns trabalhos que acredito que esse ainda não é o ideal, o ideal seria uma equipe para cada 2.000 pessoas. Bom, mas não adianta tu fazeres a mudança do indicador se nós não conseguimos nem atingir a meta com 3.500. Então, o momento que tu consegues atingir a uma meta, aí pode começar a reduzir o número de pessoas atendidas por aquela equipe. Mas uma avaliação é uma questão gradativa que vai se implantando aos poucos, se definindo aos poucos. Em algumas áreas é muito fácil acrescentar UTI. E muito fácil, é um servidor para cada dois pacientes, é um enfermeiro para cada dez, é um médico para cada dez. Em algumas áreas é bem definido isso, em outras áreas não é tão fácil definir, 407 principalmente a área ambulatorial. Não, não é tão fácil definir qual é a necessidade de 409 recursos humanos. E quando se fala em contratar uma consultoria, também eu acho que tem que ser com muito cuidado, porque eu não sei exatamente como uma consultoria comprovaria a sua expertise nisso. Eu acho que talvez muitos de nós, se montarmos um grupo de trabalho, consigamos fazer talvez melhor do que muitas consultorias que são extremamente caras, mas é uma questão a ser avaliada e discutida ao longo do ano. Eu, particularmente, acho que não é uma consultoria muito fácil de ser contratada. Com relação ao item 17, que é o CAPS da Região Centro, que 416 realmente tem o CAPS Harmonia, que é aqui do lado da Secretaria. Esse seria um CAPS AD Infantil, Alcool e Drogas, 24h. Aí teria uma modalidade diferente. Como seria 418 o único CAPS Infantil 24h, se pensou em colocá-lo no Centro, porque o acesso seria mais fácil para todos. Tá bom? Oscar, eu concordo plenamente, tem que fazer com que haja uma disseminação do conhecimento de quais são as metas para que cada servidor, para que cada trabalhador da Secretaria de Saúde colabore no atingimento da meta, e a própria comunidade conheça quais são as metas. O Marcelo colocou aqui a questão, passar de 46% para 55%. A maioria das equipes não tem falta de outros servidores que não seja médico, pode ser que uma ou outra equipe tenha, de fato, alguma deficiência de algum servidor fora o médico, algumas equipes dependem do concurso de agente comunitário de saúde para completar o número de agentes de saúde. Os outros cargos, de modo que passamos concurso para todos eles e pode criar ainda algum cargo onde o profissional esteja assumindo, mas todos os 429 profissionais estão, no mínimo, já convocados para assumirem os seus cargos. E

430 médico é um problema nacional, não é um problema de Porto Alegre, não é um problema do Rio Grande do Sul, 578 municípios existentes no Brasil hoje têm problemas de falta do profissional médico, principalmente em algumas áreas, não só 433 em todas, mas algumas áreas. Então, o compromisso nosso é tentar contratar, é continuar lutando, continuar fazendo o esforço possível para conseguir fazer com que todas as equipes tenham o número de profissionais adequados estabelecidos nas próprias normas do Ministério da Saúde, mas se comprometer e garantir que isso vai acontecer não depende hoje do gestor, até porque o gestor do Sistema Unico de Saúde, não é ele quem forma o profissional, quem forma o profissional é o Ministério da Educação e o SUS tem que contratar esses profissionais. O que ocorre é exatamente isso, o SUS e o Ministério da Educação nunca conversaram em qual profissional o SUS precisava. Hoje dá para dizer que esse diálogo até vem existindo e de uma forma muito tímida ainda. Então, é preciso que melhore muito esse diálogo para que o profissional formado seja aquele que o Sistema Unico de Saúde, que é o maior empregador, sem dúvida nenhuma, dentro da Rede de Atenção à Saúde, que esse profissional formado pelo Ministério da Educação tenha o perfil que o SUS 445 precisa. O Gustavo colocou a questão dos números absolutos e percentuais. Na verdade enquanto se apresentam os dados no relatório de gestão, sempre se apresentam os dois, os números absolutos e os números percentuais. Quando está na meta é difícil trabalhar com números absolutos, até porque em algumas áreas há uma mudança muito significativa de um ano para o outro em relação aos números absolutos. Vamos pegar neonatos, por exemplo, nascidos vivos. Nós vínhamos tendo uma tendência de queda e no último ano, em 2012, nós tivemos um aumento da natalidade de aproximadamente mais mil nascidos vivos em Porto Alegre, o que é um número significativo, considerando que nascem aproximadamente 9 mil crianças no Estado, nasceram mil a mais em um ano em Porto Alegre. E 9 mil por mês, né? E em 2013 nós temos novamente uma tendência de manter um percentual de nascimento maior em Porto Alegre. Então, o número absoluto varia muito. Então, nós temos que trabalhar na meta com números percentuais, mas quando se apresenta os dados, se apresenta os dois. O Seu Gabriel fala aqui dos CAPS. Os CAPS Infantil, na verdade, é uma coisa que nós precisamos ter algumas percepções. Na verdade Porto Alegre já teve um plano de saúde mental que previa que seria um CAPS AD em cada região, seria um CAPS I em cada Região e um CAPS Adulto em cada região. Nós temos que avaliar que realmente não há viabilidade disto. Então a viabilidade que se tem de fazer com o orçamento que se tem e a necessidade disso. Eu já vou adiantar aqui a quem colocou da emergência, eu acho que foi a Helo. CAPS I Centro eu já expliquei. A emergência pediátrica de saúde mental é algo que eu sempre coloco sempre que nós discutimos nessa plenária. Qual é de fato a comprovação de que precisa uma emergência infantil em Porto Alegre? Porque o número que nós temos de pacientes pediátricos na idade infantil atendidos nas nossas emergências de saúde mental não chega a 10 por dia. Então, por isso que até o CAPS I 24h consiga atestar que talvez 470 esse CAPS I 24h possa dar conta dessa necessidade de uma emergência. Bom, isso 471 foi sempre uma decisão da plenária, realmente, que teria uma emergência de saúde mental na Presidente Vargas. Eu vou dizer que o diretor daquele hospital não tem área física para isso, não existe área física no Presidente Vargas para botar uma emergência em saúde mental. Na verdade em 2004, 2003, não me lembro quando, chegou a se criar um ambiente para fazer uma emergência de saúde mental, que na 476 verdade uma época, eu me lembro perfeitamente, se utilizou um recurso que existia do Ministério para fazer uma ampliação de uma área do hospital, porque não tinha as mínimas condições de funcionar como emergência de saúde mental, a área não teve nem liberação da Vigilância Sanitária na época. Nós consequimos liberar a área bem depois, onde se ampliou a emergência pediátrica, essa área passou para o Raio-X. Então, se fez algumas alterações no plano diretor do hospital, mas o hospital hoje não tem um local para colocar na emergência de saúde mental infantil. Então, se pensou,

como nós temos duas emergências de saúde mental em Porto Alegre, e Porto Alegre juntamente com uma cidade, tem mais uma cidade que agora eu esqueci o nome, que tem pronto-atendimento de saúde mental, que é Campinas, exatamente. Então, duas cidades têm pronto-atendimento de saúde mental, Campinas e Porto Alegre, Porto 487 Alegre com dois. Então, também não vamos conseguir, é difícil tu teres o profissional 488 psiquiatra infantil para fazer plantão 24h, mas tem que ter, e vai se acabar nisso, no mínimo dois por turno, não vai se ter o número suficiente e não vai se conseguir fechar 490 491 essa equipe nunca. Então, existiram várias discussões ao longo do tempo, uma ou as crianças seriam atendidas em uma emergência pediátrica já existente, com suporte de um psiquiatra, de um local que tenha psiquiatra 24h, ou o contrário, a emergência psiquiátrica atende tendo uma área específica para atender a criança, e o pediatra, que tem que estar no mesmo espaço ou próximo, consiga fazer o atendimento necessário para a criança, fora os problemas psiquiátricos. Por isso que se pensou no PACS, porque o PACS tem um pronto-atendimento de saúde mental e tem o prontoatendimento pediátrico, mas é uma discussão que a gente pode ampliar. A Meta 15 eu concordo com a Helo, eu vou dizer que eu também acho que diminuir a mortalidade por TCE e ambiente hospitalar, embora eu saiba que a maioria da nossa equipe técnica acha que essa Meta seja válida, eu acho que nós podemos melhorar a qualificação, o controle sobre a qualidade de atendimento que os hospitais prestam, mas, a princípio quem, chega a um hospital com TCE e vai a óbito, ele já é um paciente extremamente grave. Então, eu acho que essa não seria a meta melhor, eu acho que a meta melhor seria realmente diminuir a mortalidade por causas externas, mesmo que não seja uma meta específica da Secretaria Municipal de Saúde, mas nós temos que aprender a trabalhar cada vez mais com a questão da intersetorialidade entre as secretarias, entre os serviços. E eu acho que seria uma meta mais difícil de ser atingida, mas o medo de atingir uma meta não deve ser o motivo pelo qual ela não entre dentro do plano. Então, eu até concordo com a Helo, embora o que acabou passando foi a diminuição da mortalidade por TCE em ambientes hospitalares, o que pode avaliar é a qualidade do hospital, mas também eu tenho as minhas dúvidas, até porque o percentual não é significativo. Vargas, as obras da Secretaria de Saúde, eu vou te garantir com absoluta convicção de que elas são feitas com muita qualidade, 515 tanto que o exemplo que tu citaste foi a UPA Moacyr Scliar, que ela não foi construída pela Secretaria da Saúde, ela é uma obra do Governo do Estado, onde ela tem uma série de problemas, realmente, arquitetônicos, de estrutura física, e onde nós 518 conseguimos melhorar pelo menos algumas questões lá de fluxo no espaço, a questão do ar-condicionado que não tinha renovação. Então, nós conseguimos fazer uma série de melhorias. E hoje o Estado, que também tem que construir a UPA da Bento Gonçalves, ele apresenta para a construção da UPA Bento Gonçalves a mesma planta da UPA Moacyr Scliar, ainda sem as alterações que nós consequimos fazer, na época com uma longa discussão com os engenheiros e técnicos do Estado. Então, nós estamos na mesma discussão, estamos discutindo o Hospital de Clínicas, que é provavelmente quem vai fazer a gestão dessa UPA, a Secretaria de Saúde e os 526 engenheiros do Estado, para tentar modificar a planta, no mínimo os fluxos internos que têm ali. Tem uma vantagem, a ideia é que ela não seja mais uma UPA... Eu não tenho nada contra, mas ela é uma UPA metálica. Mas esse não é o problema, se ela permitisse que os ambientes fossem alterados ao longo do tempo, isso é possível com estruturas metálicas, ela não teria problema, mas a UPA Moacyr Scliar, quem dá estrutura para o prédio são as próprias paredes. Então, aquela UPA é praticamente imexível. Então, pelo menos nós estamos tentando que na nova ela seja feita com tijolos, etc. para que a gente possa, no futuro, mexer, porque as estruturas de saúde acabam sendo alteradas ao longo do tempo por necessidade. Com relação ao Centro Vida, Terres, eu realmente não posso garantir isso, primeiro que nós pedimos aquele terreno para o Governo do Estado no mínimo há três anos e sempre nos disseram que aquele terreno seria nosso. Eu entrei com dois pedidos, um pedindo todo o centro,

538 outro pedindo 50% do espaço, nós não conseguimos nem 10% até agora. Então, aí está dentro dos serviços que estão previstos para as regiões, para Porto Alegre, dentro das obras que estão e que pode prever algo para a região. Aí nós vamos ter que avaliar, e eu não posso prometer algo que não é concreto. Tu tens que achar um local ideal, um local que possa comportar um serviço de saúde, que tenha condições de 543 fazer aluguel, que tenha pessoas querendo alugar. Então, é uma coisa que não fica na nossa capacidade total de decisão. E a Meta 30, do Hamilton, eu não sei exatamente qual é. Deixa eu ver qual é a Meta 30. Eu não entendi muito bem qual é a questão do 546 Hamilton. Eu vou te colocar uma opinião minha, tá? Isso também tem o plano de reabilitação e saúde, mas nós podemos ter em alguns centros de especialidades uma área específica para atender as doenças típicas do trabalhador. Agora, dificilmente nós teremos um centro para atender a questão de reabilitação apenas do trabalhador. Centro de Reabilitação, até passou aqui a pouco, nós vamos ter Centros de Reabilitação, CER 2, CER 3, se pretende ter um CER 4 em Porto Alegre, que depende da doação de um prédio da União para o município para nós, então, construirmos o planejamento, avaliar a estrutura predial e constituir um CER 4, e os trabalhadores vão ser atendidos nesse CER como todos os outros moradores de Porto Alegre, porque todos somos trabalhadores de um modo geral. Então, ter um serviço específico de reabilitação para o trabalhador, até tem que ter serviços que pensem as doenças do trabalhador, onde será feito o atendimento. Eu acho que para algumas questões específicas poderá ter uma área especializada para atendimento, mas não acho que 558 seja exatamente para reabilitação. A reabilitação nós vamos ter serviços para todas as pessoas de Porto Alegre. Eu andei avaliando o número esses dias, mas não me lembro de cabeça, mas teremos alguns CERs que serão habilitados pelo Governo Federal para atender a população de Porto Alegre de algumas regiões externas também. SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇAO - CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: A Letícia quer levantar uma questão. Vem aqui, Letícia, SRA. **MARIA LETICIA** DE OLIVEIRA **GARCIA** Glória/Cruzeiro/Cristal: Boa noite! Eu queria insistir naquela questão que a Heloísa 566 trouxe, com relação à saúde mental para as crianças no PACS, porque, realmente, esse processo, na verdade, de definir que Porto Alegre teria um espaço para receber as crianças e os adolescentes em situação de risco, em situação de emergência em saúde mental, de necessitar dessa atenção, foi fruto de um processo de uma discussão que houve na cidade para discutir a rede da infância e adolescência em Porto Alegre. E esse grupo de trabalho que fez essa discussão apontou para isso. E na época estava previsto no Plano Municipal de Saúde em vigor, ou seja, na programação anual de 2013 ela estava prevista, ela saiu e não teve nenhuma explicação sobre isso, 575 por que ela saiu. Talvez uma das questões do porquê ela tenha saído foi justamente a que o Secretário levantou, em função do número dos atendimentos, só que esse grupo que fez essa discussão não se baseou somente nos números, porque hoje em dia o 577 que acontece? Hoje o PACS atende criança e recebe as crianças e os adolescentes, só que quando não há disponibilidade do leito, que na grande maioria das vezes quando a criança chega na emergência já é uma necessidade de internação, geralmente tem essa indicação, tem alguns, aí teria que fazer uma estatística. Foi feito um levantamento recente, pena que eu não trouxe hoje. Mas há necessidade das crianças permanecerem, aí aonde as crianças permanecem? Se o espaço é 583 "preparado", porque vocês conhecem o espaço que a gente tem lá. Então, o espaço é para adultos, não para crianças. Então, as crianças acabam muitas vezes ocupando um consultório, e quando elas são mais de uma, elas ficam todas ali, aí coloca-se 586 colchões no chão e fica a criança e o acompanhante, todo mundo dormindo no mesmo quartinho, no mesmo consultório, que deixa de ser um consultório de atendimento para 588 quem chega para atender e fica ali até que tenha o leito para a criança internar. E aí agregado a isso, eu acho que deve constar, só que eu não sei bem aonde, mas a questão dos hospitais gerais terem a disponibilidade de receber essas crianças. A

gente está muito devagar nesse processo. A gente tem acompanhado aí na comissão de acompanhamento dos hospitais, dos contratos, e tem sido difícil. E o que foi discutido também, em um outro momento, era que os hospitais iriam assumir os leitos psiquiátricos em hospitais gerais, para criança também. O Conceição eu sei que assumiu alguns leitos, que são poucos e que também é uma raridade. O próprio Hospital Presidente Vargas tem uma universidade que trabalha dentro do hospital, que 597 diz, inclusive, como deve ser. Não é a Secretaria que diz, é a universidade que diz, o setor lá que diz quem vai internar, como e de que forma. Entendeu? Isso é o que a 599 gente vê. Eu estou trazendo aqui o meu testemunho de falar com as pessoas ao telefone, muitas vezes quem diz é quem está lá, é o residente que está lá: "Esse eu não aceito porque tal coisa, o outro eu não aceito porque tal coisa". Então, é isso que acontece na prática. Então, é por isso que esse tema me parece que merece um pouco mais de reflexão, com relação ao acolhimento das crianças. Então, no PACS hoje não tem condições de fazer, a não ser que crie outro espaço, que faça outro puxadinho, porque os puxadinhos lá todo mundo já sabe como é que estão. Então, é isso. SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI - Secretário Municipal de Saúde: Só para esclarecer, eu concordo plenamente com o que a Letícia disse. Eu acho que é um investimento em saúde mental de modo geral, seja infantil, seja adulto, adolescente, para mulheres, ele precisa ser pensado e a gente tem pensado. Agora, nós temos uma hegemonia das redes hospitalares que nós estamos quebrando, nos próximos planos 612 de trabalho que nós fizermos se fará uma força tarefa muito grande para que a Santa 613 Casa tenha leito de saúde mental, que não tem. Temos conversado com a Santa Casa 614 sobre isso, tenho conversado com um médico da Santa Casa que é o responsável pelo setor sobre isso. O Hospital Santo Antônio tem que ter leitos infantis para internar as 616 crianças. Eu acho que esse é o maior problema da saúde mental infantil, né? E 617 Exatamente a falta de leitos para tirar os pacientes de dentro do Pronto Atendimento 618 Cruzeiro do Sul ou do Pronto Atendimento de saúde mental do IAPI, porque realmente 619 nós já fizemos essa e não é significativo, o problema é a retirada dos pacientes de lá. E o PACS não é a questão do puxadinho, o PACS tem um investimento, o projeto deve estar sendo entregue logo em seguida para a Secretaria da Saúde, vai ser licitado em 2014 uma reforma de pelo menos todo o andar térreo do Pronto-Atendimento Cruzeiro do Sul, transformando em uma UPA, seguindo o padrão do Ministério, onde se pretende que tenha um espaço específico para as crianças com problema de saúde 625 mental. Então, não vai ser um puxadinho, vai ser uma reforma ampla, onde os R\$ 12 626 milhões, que estão previstos pelo Ministério da Saúde certamente será pouco para fazer a reforma, todo dinheiro que será usado para reformar aquele prédio, porque as obras são muito maiores do que as que foram previstas inicialmente. Então, não vai ser um puxadinho, vai ser uma reforma. Inclusive o PASC hoje vamos dizer que tem 12.000m<sup>2</sup>, vai passar para 14.000 m<sup>2</sup>, ou tem 14.000 e vai passar para 16.000m<sup>2</sup>, não me lembro o número exato agora. E o Presidente Vargas, não que não tenha problemas, tem problemas em vários serviços, tanto nossos como aqueles que são contratualizados. Então, não podemos dizer que o serviço, porque ele é um serviço próprio da Secretaria de Saúde, ele não tem problema. Mas realmente é uma tendência, uma cultura do Presidente Vargas em não aceitar alguns casos, mas também, eventualmente, está dentro de algo pactuado. A saúde mental do Presidente Vargas, ele é um centro de formação de residentes. Então, existe uma limitação para receber pacientes com dependência química, porque senão nós teremos lá, são 22 leitos, 24 leitos dependendo se tiver algum isolamento ou não, e se todos esses leitos ficarem apenas com pacientes que são usuários de algum tipo de droga e que sejam dependentes químicos, a formação do profissional que vai atuar depois fica completamente prejudicada. Então, há um limite, no caso do Presidente Vargas, para pacientes em situação de dependência química. E há uma limitação em questão a faixa-etária, porque ele é uma unidade para mulheres adultas. Então, eventualmente, dependendo da situação, se internam adolescentes, até com 15 anos já internou, mas

646 avaliando o perfil do adolescente e o que ele apresenta. E os leitos de dependência química do PACS se tenta reservar para as mulheres dependentes químicas que estejam em período de gestação. Mas ter alguns problemas tem, mas a regulação, não 649 só no Presidente Vargas, mas em todos os hospitais, ela tem feito uma regulação cada vez mais forte, mais intensa, inclusive em alguns locais com muita reclamação, outras não tantas, já estão se adaptando. E com uma conversa muito grande com os hospitais, principalmente temos tido um diálogo muito bom, tanto com o Hospital de 653 Clínicas como com a própria Santa Casa. As vezes nós fizemos vários questionamentos à Santa Casa, mas temos tido um diálogo muito bom em relação à forma de entrada dos pacientes, a questão da regulação dos pacientes. Então, eu acho que tem desenvolvido bastante. E a próxima meta é realmente que a Santa Casa, no próximo contrato, se coloque como uma obrigação da Santa Casa colocar uma 657 unidade de saúde mental no hospital, porque ela realmente não justifica um hospital daquele tamanho, com uma estrutura daquelas, não ter atendimento de saúde mental, como se pretende com os demais hospitais de Porto Alegre, até para que a gente possa, a partir da implantação de novos leitos de saúde mental, conseguir diminuir os leitos que têm mais do que o número ideal em hospitais com o Vila Nova, como o Parque Belém, ou no próprio Hospital Espírita, São Pedro etc. Mas é um caminho que a gente vem procurando trilhar e que realmente não é fácil. Mas eu concordo que há necessidade de evoluir no espaço da saúde mental, tanto para a criança e o adolescente como adultos, homens e mulheres. SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO - CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Eu vou chamar a Heloísa, porque como ela fez o parecer, então, ela sabe quais são as metas, aí ela vai dar o encaminhamento. SRA. HELOÍSA ALENCAR - Assessoria Técnica do CMS/POA: No sentido de encaminhar a votação, porque nós temos um documento, que é o documento que foi apresentado pela Lurdes, nós temos o parecer que fez 672 alguns apontamentos, e tem as questões que foram pontuadas por conselheiros que eu anotei, não sei se eu anotei todas. Uma delas foi o conselheiro Heverson, que falou sobre correções nos anexos. Ele não disse quais são, mas eu acho que essa é uma questão que tem que ser votada ou acolhida, enfim, tem que ser encaminhada. Vai ser acolhido o que ele citou de correção, nós não precisamos nem botar, está acolhido, nós temos que encaminhar uma por uma. A planilha de obras pactuada não foi apresentada, e aí nós temos problemas de obras que não conversam com, por exemplo, os CAPS. Os CAPS que estão previstos, que o Secretário reforçou inclusive o CAPS do Centro, ele não está previsto nas obras pactuadas. Não vai precisar obra? É alugar uma casa e está pronta? Não vai gastar recurso com isso? Essa é a discussão que nós temos que fazer. Bom, vale a planilha de obras ou tem que voltar a revisar algumas propostas de obras que não estão na planilha. Entendeu? Tem coisas que não estão combinando. Com relação à Meta 15, eu acho que a gente tem que ter um encaminhamento, tem que ser votado se vai ser esse ou não. Com relação à emergência em saúde mental, mesmo que o debate evolua, tem uma discussão que é a obra do PACS em 2014 não vai estar pronta para ser a emergência pediátrica em saúde mental. Provisoriamente, qual será? Nem que seja por um período de um ano. Isso tem que definir, porque na verdade o que a Letícia traz é que as crianças ficam misturadas com os adultos, e isso o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe. Então, nós temos atendido crianças misturadas com os adultos. O que acontece? O que vai acontecer no ano de 2014? Tem que ter um encaminhamento para isso. E a última questão, que é uma questão que o Terres trouxe, que é essa do Centro Vida. Bom, não tem o Centro Vida? Tem o Centro Vida? A planilha de obras não contemplou isso. O Distrital discutiu e não trouxe essa questão também. Então, eu acho que a planilha de obras vai ter que ser aprovada, minimamente. Apresentada e aprovada. E a questão que o Hamilton colocou já foi respondida, não sei se está 698 contemplada ou não está contemplada, mas, enfim, eu acho que a gente tem que ter o encaminhamento para poder votar a Programação Anual de Saúde. A minha

preocupação é essa. SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI - Secretário Municipal de Saúde: No plano de metas aqui, ele não tem uma relação direta com as obras, 702 porque quando se fala em um CAPS Partenon, vamos supor, se estiver no caderno de 703 obras para 2014, provavelmente esse CAPS não vai ficar pronto em 2014. Então, ele vai ficar para 2015. Tu entendes? Então, quando fala no CAPS I Centro, é uma área que já está praticamente pronta. Então, nem sempre há uma concordância. Porque não precisa obras. Isso. Não tem, é uma equipe nova, até já tem o espaço físico. O espaço físico já existe, apenas é uma questão de colocar as pessoas que vão trabalhar nesse CAPS I 24h. E aí nós vamos ter que avaliar todos juntos se esse CAPS I 24h 709 junto com novos leitos que se pode abrir em saúde mental infantil, como no Santo 710 Antônio e outros hospitais, se ele vai dar conta de não deixar com que as crianças figuem internadas no PACS e passe a ir do atendimento do consultório médico para a 712 internação, quando assim for necessário. Então, eu acho que a gente pode avaliar isso ao longo do tempo. Então, tem uma proposta, que é o CAPS I 24h, para tentar dar conta dessa falta de emergência específica em saúde mental em Porto Alegre. Mas tem que se abrir leitos. Talvez a solução, eu acho que nós temos que discutir, seja abrir leitos de saúde mental infantil e não exatamente ter uma emergência infantil. Mas eu também não tenho opinião formada. SRA. LURDES MARIA TOAZZA TURA -ASSEPLA/SMS: Heloísa, a planilha de obras. O que nós fechamos hoje à tarde? Obras que tem condições da ordem de início em 2014. O Centro Vida nem o terreno nós temos, nós precisamos, para fazer uma obra, ter a cedência do terreno, fazer a questão topográfica, a questão da BM, tem tudo isso que é um processo de um longo ano. Ordem de serviço não tem condições de ser em 2014. Não tem. Então, não entra. SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI - Secretário Municipal de Saúde: Então, tá bem, pessoal. Eu vou só reforçar o que a Heloísa disse. Isso não foi discutido pela equipe que estava discutindo as ações. Também tem algumas coisas aqui que eu não discuti. Entende? Que eu estou aceitando como secretário da Saúde, que foi discutido por um grupo que tinha autonomia para decidir. Então, nem tudo que está aqui também é como eu gostaria. E agora o momento que foi para o Plano, o secretário e a equipe do secretário tem que dar conta do que está aqui. Se vai dar conta é outra história, mas tem que tentar dar conta. Agora, não dá para botar no Plano algo que vem na última hora para a plenária. O Plano que foi apresentado foi esse. Concordo com pequenas questões na Meta 15. Agora, fazer obra, construir obra, eu vou dizer para 733 vocês que eu não me comprometo com aquilo que eu não sei nem se vai ter recurso, 734 nem financeiro e nem recurso de contratação de pessoal. Eu entendo que tu possas 735 não ficar feliz, mas tá bem. Isso. Mas o espaço de discussão se dá o ano todo. Agora, no dia de votação nós vamos discutir novos serviços que não foram pactuados? E bastante complicado, até porque também é um espaço de discussão. Então, vamos discutir quanto a mais o Estado vai dar para Porto Alegre, porque dá R\$ 17 milhões a cada quatro meses, que paga um mês do gasto que se tem com o HPS. Bom, então, 740 nós temos várias coisas, porque o recurso é limitado. Mas tá bem, o espaço é de discussão, mas não pode ir para o Plano. Nós podemos fazer um pacto de continuar discutindo como fazemos durante todo o ano de 2014, 2015, 2016, continuar fazendo essa discussão, tanto do financiamento como das questões das obras. E a gente tem feito isso. Eu acho que agora não podemos chegar aqui no dia da votação do Plano Anual de Saúde e botar um completamente novo. Outra coisa é modificar uma meta, alguma alteração na meta, outra coisa é botar uma meta que não foi prevista. Aí eu realmente acho que é complicado. SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Terres, em dezembro vai ter a revisão, tem que entrar na revisão de novo. O que é, Heverson? Vão encerrar agora as inscrições e vamos encaminhar a votação. SR. HEVERSON LUIS VILAR DA CUNHA -CDS Restinga: Eu pedi um esclarecimento antes da votação por causa dos anexos, 752 tá? Então, o anexo 4 fala: "Programa de saúde na escola"; que a gente acabou não

753 discutindo isso, nós discutimos duas ações, mas aí foi anexado na PAS. É isso que me chamou a atenção, foi anexado na PAS. Tudo bem então. Aí o seguinte: falei com a Fernanda da gerência, a Fernanda passou para a Rosana e a Rosana passou para a Sônia. Eu não consegui conversar com a Sra. Sônia ainda. Aí eu peguei essa planilha que eu recebi lá e comecei a conferir. Têm creches que estão dentro do território da unidade e não estão contempladas. Eu gostaria de rever a planilha. E, só isso, 758 entendeu? E têm creches que não são do território daquela unidade e a unidade vai ter que atravessar toda a Restinga para ir lá atender. Aí eu perguntei para os trabalhadores: "Vocês estiveram lá?" "Não, nunca fomos a essa creche". Então, eu queria acertar isso, já que a portaria diz que é dentro do território. Certo? Então, tá. Só isso. SRA. LURDES MARIA TOAZZA TURA – ASSEPLA/SMS: Tem que rever com a área técnica e ajustar. SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO - CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Encerradas as inscrições, pessoal, para a gente encaminhar a votação. A Olívia pediu e o Terres está pedindo de novo? Não, nós vamos ter que encerrar. SRA. OLIVIA DA SILVA ASCHIDAMINI – CDS Eixo Baltazar: Eu só pedi para esclarecimento. Está havendo uma dúvida de que aquela demanda não entrou hoje no Plano de tarde porque ela não tinha condições técnicas para ser 770 feita esse ano, e que está em negociação com o Estado e por isso ela não entrou aqui, mas isso não significa que ela não esteja prevista, ela está prevista, sim, só que não agora, nessa aqui, porque nós dependemos ainda da cedência e das condições para construir lá. Por isso que não entrou. SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO -CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Obrigada, Olívia! A Meta 15 a 775 Helo vai falar. SRA. HELOÍSA ALENCAR - Assessoria Técnica do CMS/POA: A minha proposta, com relação à Meta 15, é que o texto do Plano Municipal de Saúde fique o texto que foi aprovado, redução dos óbitos por causas externas sem definir quanto que vai reduzir. Deixa só isso, que reduza. E que na meta deste ano fique a meta que a equipe técnica propôs, porque eles entendem que é o que eles têm governabilidade para fazer esse ano. E vamos ver que impacto isso vai ter na redução dos óbitos. Pode ser? A Secretaria acolhe? Então, tá. Isso também está resolvido. E 782 com relação à emergência da saúde mental, eu quero fazer uma sugestão: que não se coloque local, que se coloque como ação identificar uma estratégia de atendimento às crianças que seja para o ano de 2014, porque não dá para passar de 2014, porque o PACS vai ficar pronto lá sei eu quando. Então, no ano de 2014 vai ser o CAPS I 24h, vai ser o Clínicas, vai ser a Santa Casa ou não sei o quê, que se ache esse encaminhamento, porque eu acho que essa é uma ação que não pode esperar. Então, se isso está acordado, a gente passa o texto, tira o PACS dali, porque não vai ser no PACS, não tem como. Certo? Faltou alguma coisa? Então, podemos encaminhar a votação? SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO - Vice-Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre: Quem vota favorável a PAS? Trinta e 792 três 33 votos. Quem vota ao contrário? (Nenhum voto contrário). Quem se abstém? Duas abstenções. APROVADO. PARECER № 44/2013 – HOSPITAL CONCEIÇÃO – PROJETO DE HABILITAÇÃO DO SERVICO DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM PROCEDIMENTO ENDOVASCULAR EXTRACARDÍACO. 796 Pessoal, eu tenho uma questão para vocês levantarem, quem vota fica sentadinho aí. O Sr. Barrichello chegou atrasado. Como eles precisam desse parecer, eu queria saber 798 de vocês, a plenária soberana vai decidir se a Heloísa pode ler os dois pareceres que faltam. Um só? Vocês aguardam um pouquinho? SRA. HELOÍSA ALENCAR -Assessoria Técnica do CMS/POA: Não é obra, é a mesma questão dos outros hospitais. (LEITURA PARECER). SR. HEVERSON LUIS VILAR DA CUNHA - CDS Restinga: Eu queria aproveitar que o Dr. Barrichello está aqui presente, já que a gente conhece já há bastante tempo. Por favor, prestação de contas daquele grupo aqui no Conselho. Pois é, isso eu ouvi lá em 2008. Estou pedindo de novo prestação de contas 805 de tudo que é recurso do SUS que o senhor recebe. Só um pouquinho, é tranquilo. De

806 tudo que é recurso que o senhor recebe, por favor, mande para o Conselho, porque eu estou cansado de ver do outro lado: "Não prestam conta de nada, são os primos ricos 808 de Porto Alegre". Então, o primo rico de Porto Alegre manda a prestação de conta aqui 809 para nós acompanharmos a sua riqueza. Obrigado! SR. GILBERTO BARRICHELLO -810 Grupo Hospitalar Conceição: Boa noite a todos os conselheiros e conselheiras. Secretário, a equipe do Secretário, coordenação da mesa. Primeiro eu quero dizer que 812 este parecer está corrigindo uma grande injustiça, porque faz muitos anos que nós já 813 fizemos esse serviço e esse serviço não estava habilitado. Então, hoje está se 814 corrigindo uma injustiça fazendo isso, porque são cirurgias extremamente caras, 815 enviamos uma gerente que sabe o que significa esse serviço. Na nossa emergência 816 hoje tinha 28 pacientes vasculares, dos quais esperando essa cirurgia, que nós fizemos igual sem estar habilitado, sem estar recebendo o dinheiro. Então, parabéns 818 ao Conselho se aprovar. E se não aprovar, eu tenho certeza que um dia aprova. Muito obrigado! Vou autorizar de novo a mesa do Conselho a marcar a reunião para prestação de contas. O GHC, em todos os momentos que foi solicitado a prestar conta, ele sempre foi e sempre irá. E lá tem Conselho Gestor nas quatro unidades, tem 822 Orçamento Participativo. Então, nós respeitamos a comunidade e usuários que 823 participam, e aqui nós temos conselheiros gestores que participam. Então, está autorizada a mesa do Conselho a marcar a prestação de contas do Grupo Conceição. 825 Muito obrigado! SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO - CDS Restinga e Vice-826 Coordenadora do CMS/POA: Em regime de votação. Quem vota favorável? Trinta 827 votos favoráveis. Quem vota ao contrário? (Nenhum voto contrário). Quem se abstém? 828 APROVADO por 30 votos. SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI - Secretário 829 Municipal de Saúde: Bem rapidinho. Eu só gueria pedir que todos os conselheiros 830 ajudem a Secretaria de Saúde a acompanhar as metas para que elas possam 831 realmente serem atingidas no final do ano de 2014. É, tem as equipes de monitoramento, onde os conselheiros devem participar e acompanhar. Tá, pessoal? Tá 833 bom. Um abraço! SRA. DJANIRA CORREA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Vice-Coordenadora do CMS/POA: Boa noite! Obrigada a todos! Está encerrada a plenária 835 do dia 24/10. Obrigada a todos! Uma boa semana. (Encerram-se a sessão às 836 20h30min).

837 838 839

## SÍLVIA GIUGLIANI Coordenadora do CMS/POA

DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO Vice-Coordenadora do CMS/POA

840 841 842

(Ata aprovada na Reunião Ordinária do Plenário do CMS/POA, de 23 de janeiro de 2014).